



CARTA DE FORTALEZA

Esta carta reflete anseios de trabalhadores, professores, pesquisadores e gestores da Saúde Pública brasileira, reunidos em Fortaleza, durante o IV SIMBRAVISA.

Saudamos os 20 anos da Constituição Cidadã, tema deste Simpósio, especialmente naquilo que nos é tão caro: a saúde como direito de cidadania. A vigilância sanitária é essencial à integralidade das ações no conceito ampliado de saúde, dado que seu objeto se volta precipuamente à proteção das pessoas em relação a riscos associados a produtos, serviços e ambientes, incluindo o do trabalho.

Nestes 20 anos, mais que em qualquer outro período, a vigilância sanitária se firmou no Sistema Único de Saúde (SUS) e galgou avanços em sua institucionalização. Foram criadas regras mais claras de financiamento e instrumentos de planejamento e mecanismos de pactuação, demarcando sua participação em todas as esferas de gestão do SUS. A implementação de outra estrutura na instância federal – a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – revela a ampliação da importância desta área nas políticas públicas no país.

Outra demonstração da crescente vitalidade desse componente do sistema público de saúde expressa-se na realização do Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária. Desde o primeiro, realizado em 2002, assistimos a um notável crescimento no número de participantes e na apresentação de trabalhos científicos.

Entretanto, percebemos, com preocupação, sinais de um deslocamento da função precípua de proteção da saúde para um modelo regulatório voltado à proteção dos mercados, paradoxalmente, em detrimento da proteção das pessoas. A agenda regulatória da Anvisa deve concebida com efetiva participação das demais esferas de gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), evitando a reedição do conceito já superado de centralização normativa e descentralização executiva.

Mecanismos inovadores de participação social, como as câmaras setoriais e as consultas públicas, não atendem requisitos de composição paritária que expressem a pluralidade das forças sociais interessadas.

Exemplo emblemático se deu na construção das bases normativas para a regulação da propaganda de medicamentos, quando os interesses do segmento produtivo se sobrepujaram às necessidades de proteção da saúde.

Ademais, sistemáticas da gestão financeira da Anvisa têm dificultado, senão impossibilitado, que a instituição cumpra seu papel de fomento e apoio à pesquisa e formação profissional em vigilância sanitária nas instituições públicas de pesquisa e ensino.

Ressaltamos a importância de a instância federal desempenhar seu papel de coordenação do SNVS e de estabelecer os instrumentos de acompanhamento da gestão dos ainda insuficientes recursos financeiros repassados para as instâncias estaduais e municipais. Tal aspecto contribuirá para a superação dos reiterados relatos de equipes insuficientes em número e qualificação e deficiências de infraestrutura nos serviços, a despeito da existência de recursos financeiros.

Reiteramos e defendemos os compromissos com os valores inscritos na Constituição brasileira para que a vigilância sanitária ocupe definitivamente sua posição no processo da Reforma Sanitária.

Fortaleza, 26 de novembro de 2008.